

Colóquio do CLIMAF - Lisboa, 7 Junho 2014

**PAINEL 1**

***"Laicidade : uma via de emancipação para as mulheres e para a paridade  
mulheres-homens"***

**Conclusões:**

Este grupo reuniu participantes de todas as obediências presentes.

Ponto prévio: tratando-se de efeitos positivos directos ou indirectos da laicidade sobre a situação das mulheres, pareceu-nos desejável substituir o termo "paridade" por "igualdade".

Com efeito, a paridade vai simultaneamente para lá da igualdade visando uma absoluta igualdade matemática, e fica aquém, limitando-se ao campo da representação electiva e não à igualdade nos seus diferentes aspectos. Além disso, o objectivo de paridade impõe políticas restritivas que vão por vezes, mesmo que seja por necessidade temporária, ao encontro da igualdade em sentido estrito (discriminação positiva, quotas, par ex.)

Depois de termos tomado nota que a "laicidade" tinha acepções e contornos variáveis conforme os nossos diferentes países e culturas, tentámos concentrar-nos sobre o que constituía a nossa base comum e não exaltar os nossos particularismos. Sobre esta questão, é de sublinhar que, muitas vezes, as diferenças de abordagem não traziam nenhuma incompatibilidade. Em particular, a forma "intraduzível" da palavra francesa "laicidade" foi bastante bem resolvida em espanhol e em português e poderia sê-lo noutras línguas, como uma palavra de origem.

**A emancipação e a liberdade pressupõem a possibilidade de escolha individual, ou seja a ausência de dogma imposto.**

O que a Maçonaria considera como uma virtude cardinal - a tolerância - é o que constitui a base mínima da laicidade: o respeito pela escolha do outro, nomeadamente em matéria de crenças. Isto pressupõe, no mínimo, a ausência de dogma oficial, e ausência de religião de estado. Nós beneficiamos todas, maçonas do CLIMAF, desta liberdade mas estamos conscientes que está longe de ser o caso no mundo.

**A laicidade implica a liberdade religiosa, nomeadamente a das minorias - e nós sabemos o quanto esta liberdade é atacada com violência ou mesmo negada em inúmeros países -, mas ela não se reduz a isso.**

A laicidade implica o direito de crer mas também o de não crer ou de mudar de crença. La laicidade funda-se não simplesmente na liberdade de culto mas também na liberdade absoluta de consciência, que nos é cara.

**A Laicidade não é uma ideologia. Ela não é nem interdição de religiões, ainda menos, ateísmo.**

Este amálgama enganoso é activamente mantido pelos extremismos religiosos com vista a consolidar o seu domínio sobre as comunidades que eles entendem controlar.

Nós devemos ser muito claras e vigilantes para não deixar travestir o pensamento laico, garante de consciências livres, em processos anti-religiosos e repressivos.

Para voltar mais precisamente ao nosso objecto, **em que é que a laicidade tem efeitos positivos sobre a emancipação das mulheres?**

Paradoxalmente, a perspectiva de implementação histórica da laicidade mostra que ela não se constituiu de par com o aumento das reivindicações feministas. Bem pelo contrário. Mas é inegável que sem laicidade, nenhum avanço é possível para a igualdade entre as mulheres e os homens.

**Constata-se que os dogmas religiosos vão sempre contra a igualdade mulheres-homens** colocando imediatamente uma ordem “natural” - uma vez que é divina - das coisas, induzindo uma hierarquização dos papéis sociais. É preciso aliás sublinhar que as mensagens religiosas são sempre emitidas por intercessores masculinos que as utilizam para seu único proveito.

Todos os mitos fundadores testemunham assim uma visão essencialista, depreciativa de “A” mulher, que justificaria um estatuto inferior de que as Igrejas, sejam elas quais forem, apoiam as múltiplas declinações.

- confinamento do papel das mulheres à sua função reprodutora, o que leva à condenação da contracepção e da IVG, com as regressões a que pudemos assistir recentemente em países com a reputação de desenvolvidos.
- apropriação do corpo das mulheres, por vezes reduzidos a usar a honra de um tutor masculino ou de toda uma família.
- colocação sob tutela jurídica e administrativa por códigos da família discriminatórios.
- recurso ao conceito de “complementaridade” para melhor recusar a igualdade e afirmar o “valor” desigual do ser humano conforme o seu sexo, 1 mulher igual a ½ homem /herança, testemunho, etc.)
- atribuição às mulheres o espaço doméstico ou empregos que lembrem este espaço: (professoras primárias, enfermeiras, e mais particularmente actividades de “care” (cuidados de crianças, pessoas idosas). Discriminação no emprego e no trabalho.

Um corolário é também instalar nos factos e nos espíritos uma ilegitimidade da palavra da acção feminina na esfera pública.

Assim, nenhum progresso, nenhum avanço pelos direitos das mulheres pode ser concebido numa sociedade submetida a ditames religiosos, cujas teocracias são o exemplo mais gritante.

Mas a secularização, mesmo a mais bem sucedida, não é ainda suficiente para fazer de uma sociedade, um Estado laico, o qual implica uma **realidade institucional: a da separação estrita entre o religioso e o político.**

O Estado tem o dever de garantir as liberdades individuais e, ao mesmo tempo, impedir que nenhuma se imponha às outras. Permitir que cada um viva a sua fé sem que ela não seja nunca superior à Lei. Isto vale particularmente para as lesi que visam a igualdade mulheres-homens.

Contudo, é forçoso constatar que **a Lei não pode tudo**: Os países das obediências membros do CLIMAF têm, em graus variados, leis que garantem a igualdade mulheres-homens e a não ingerência do religioso no político. Alguns são muito avançados em matéria de laicidade institucional, ou até mesmo, constitucional. No entanto, nos factos, discriminações culturais, económicas, domésticas subsistem. A laicidade é uma condição absolutamente necessária à igualdade mas ela não é uma condição suficiente. O machismo e reflexos patriarcais têm vida dura, incluindo entre os laicos. A Lei num país não faz a lei em casa e Um longo trabalho está por fazer no que respeita as mentalidades.

**É por isso que a educação é essencial.** É significativo que os extremistas religiosos tenham sempre como prioridade retirar as filhas das escolas a fim de lhes interditar qualquer acesso ao saber libertador. É desde a mais tenra idade, na escola, mas também, na família, pelos modelos que são propostos às crianças, que a cultura do secularismo e da igualdade deve construir-se.

**Ao nível da Europa, os recentes acontecimentos devem alertar-nos.** O que nós acreditávamos adquirido em matéria de direitos das mulheres pode ser brutalmente posto em causa. A laicidade, quadro necessário ao exercício destes direitos, está exposta a ataques cada vez mais numerosos.

Qualquer fraqueza ou indiferença é o berço dos extremos. É nossa responsabilidade particular de mulheres e de maçonas, resistir à qualquer tentação de demissão e de contribuir activamente para a promoção dos nossos valores pela nossa vigilância e o nosso empenhamento, nas nossas lojas e na Comunidade.